
ACTA N.º 41
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27-11-2006
REUNIÃO PÚBLICA

Aos vinte e sete dias do mês de Novembro, do ano dois mil e seis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, sob a direcção do Sr. Presidente, Dr. Élio Manuel Delgado da Maia, e com a presença dos Srs. Vereadores, Dr. Luís Miguel Capão Filipe, Eng.º Carlos Manuel da Silva Santos, Dr. Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Dr. Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Dr.ª Marília Fernanda Correia Martins, Dr. Nuno Manuel Marques Pereira, Dr.ª Margarida Dias Ferreira e Dr. António Rocha Dias de Andrade, em substituição do Sr. Vereador Dr. Eduardo Feio.

Pelas 15h00m, o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião.

APROVAÇÃO DAS ACTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta n.º 40

SALDO DE GERÊNCIA: - A Câmara tomou conhecimento do Mapa de Fluxos de Caixa relativo ao dia 27 de Novembro, o qual acusa os seguintes movimentos:

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da Gerência Anterior		2.903.947,96€	Total das Despesas Orçamentais		38.071.401,46€
Execução Orçamental	2.218.730,81€		Despesas Correntes		25.340.524,84€
Operações de Tesouraria	685.217,15€		Despesas de Capital		12.730.876,62€
Total das Receitas Orçamentais		41.688.148,13€	Operações de Tesouraria		2.266.191,29€
Receitas Correntes		30.821.643,22€	Saldo para o Dia Seguinte		6.467.686,75€
Receitas de Capital		10.820.946,13€	Execução Orçamental	5.835.477,48€	
Receitas Outras		45.558,78€	Operações de Tesouraria	632.209,27€	
Operações de Tesouraria		2.213.183,41€			
Total...		46.805.279,50€	Total...		46.805.279,50€

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente da Câmara** saudou todos os munícipes presentes e deu início aos trabalhos, informando que se iriam realizar duas hastas públicas, oportunamente publicitadas e tendentes à alienação de um lote de terreno, sito na área do Estudo Urbanístico, designado por Azenhas de Baixo e de dois lotes sitos na área do Plano de Pormenor do Centro.

HASTA PÚBLICA – ALIENAÇÃO DE TERRENO SITO NA ÁREA DO ESTUDO URBANÍSTICO, DESIGNADO POR AZENHAS DE BAIXO – SANTA JOANA: - O Sr. Presidente da Câmara informou previamente que as hastas públicas, a ter início de imediato, foram devidamente publicitadas pelos editais nº 146/2006 e nº 173/2006, afixados nos locais de estilo e publicados, ambos, nos Jornais “Diário de Aveiro” e no “Correio da manhã” de 05 de Novembro de 2006.

Assim, o Sr. Eng.º José Cruz procedeu à abertura da primeira praça, com a leitura explicativa das condições de venda e edital, aqui integralmente reproduzidos para os devidos efeitos legais, com vista à alienação do terreno, com a área de 4.076,89m², sito nas Azenhas de Baixo, Freguesia da Santa Joana, deste Concelho, destinado à construção de habitação a custos controlados, com o valor base de licitação de 410.000,00€ (quatrocentos e dez mil euros), não podendo o lanço ser inferior a 5.000,00 € (cinco mil euros). Ainda, na leitura explicativa das condições de venda, o Sr. Eng.º José Cruz esclareceu que no referido terreno será permitida a edificação de um prédio com 3 pisos acima do solo e recuado e 1 piso abaixo do solo, com a área de construção de 4.440,00m².

Iniciada a licitação pelo valor base referido, apresentou-se a licitar o Sr. Eng.º Manuel Martins Ventura, na qualidade de sócio gerente, com poderes para o acto, da empresa “ SOTAITUR – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA E URBANÍSTICA, Ld^a pelo valor de 415.000,00 € (quatrocentos e quinze mil euros).”

Terminada a licitação e como nenhum outro lanço foi oferecido, foi o supra citado terreno, sito nas Azenhas de Baixo, Freguesia de Santa Joana, deste Concelho, adjudicado à empresa “ SOTAITUR – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA E URBANÍSTICA, Ld^a”, com o C.I.P.C. n.º 501.206.922. e sede social na Av. 5 de Outubro n.º 155-8º Andar, Lisboa, pelo valor de 415.000,00 € (quatrocentos e quinze mil euros).

Mais, de acordo com as condições de venda, o adjudicante, foi de imediato proceder ao pagamento de 40% do valor total da adjudicação.

HASTA PÚBLICA – ALIENAÇÃO DE LOTES DE TERRENO SITOS NA ÁREA DO PLANO DE PORMENOR DO CENTRO: - Por indicação do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Eng.º José Cruz procedeu à abertura da segunda praça da hasta pública, publicitada pelo edital n.º 173/06, destinada à alienação dos lotes de terreno n.º s 11 e 13, parcelas 27 e 34, com as áreas de 1.020,00 m² e 1.113,00 m², respectivamente, ambos sitos na área do Plano de Pormenor do Centro, Freguesia da Vera-Cruz, deste Concelho. Tendo os mesmos o valor base de licitação de 2.404.000,00 € e 1.764.000,00 €, não podendo os lanços ser inferiores a 5.000,00 € (cinco mil euros).

Apresentou-se a licitar o Lote 13/Parcela 34, o Sr. Vítor Manuel Sampaio de Carvalho.

Terminada a licitação e como nenhum outro lanço foi oferecido, foi lote 13/Parcela 34, sito na área do Estudo Urbanístico, designado por Plano de Pormenor do Centro, Freguesia da Vera-Cruz, deste Concelho, adjudicado ao Sr. Vítor Manuel Sampaio de Carvalho, com o N.I.F. n.º 174.165.633., residente na Rua Principal da Lavandeira, n.º 17, Freguesia e Concelho de Oliveira do Bairro, pelo valor de 1.769.000,00 € (um milhão e setecentos e setenta e nove mil euros).

Apresentou-se a licitar o Lote 11/Parcela 27, o Sr. Eng.º Artur Pinto Rodrigues Varum, na qualidade de sócio gerente, com poderes para o acto, da empresa “CIVILRIA – IMOBILIÁRIA, SA”.

Terminada a licitação e como nenhum outro lance foi oferecido, foi o supra citado terreno, sito na área do Estudo Urbanístico, designado por Plano de Pormenor do Centro, Freguesia da Vera-Cruz, deste Concelho, adjudicado à empresa “CIVILRIA – IMOBILIÁRIA, SA” com o C.I.P.C. n.º 503.887.439 e sede social na Rua Visconde de Valdemouro n.º 2, lugar de Beduído, Concelho de Estarreja, pelo valor de 2.409.000,00 € (dois milhões e quatrocentos e nove mil euros).

Mais, de acordo com as condições de venda, os adjudicantes, foram de imediato proceder ao pagamento de 25% do valor total de cada adjudicação.

Na ausência de qualquer vontade declarada, no sentido de solicitar esclarecimentos ou de reclamar e nada mais tendo ocorrido neste acto público, o Sr. Presidente da Câmara deu por finda e encerrada a hasta pública.

Período de Intervenção do Público

A Dr.^a **Cláudia Sarrico** iniciou a sua intervenção identificando-se como sendo representante dos pais e encarregados de educação do ensino pré-escolar do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Aveiro.

Mostrou-se preocupada pelo facto das crianças do Jardim-Escola da Glória almoçarem desde há 4 anos em instalações precárias cedidas pela CERCLAVE, porque com a mudança do Executivo do Conservatório foi-lhes vedada a possibilidade de tomarem as refeições no bar daquele estabelecimento de ensino.

Evocou a existência de um protocolo datado do ano de 1987 celebrado entre a Câmara Municipal, o Conservatório de Música e a ACAVE, no qual estava prevista a cedência de espaços para aquelas instituições. Apesar de não constar naquele documento qualquer cláusula que permitisse ao Jardim-Escola da Glória utilizar aquele espaço sempre aquele Jardim-Escola usufruiu daquelas instalações, desde a data em que a Fundação Calouste Gulbenkian iniciou a sua actividade.

A Dr.^a Cláudia esclareceu ainda, que em reunião com os estabelecimentos de ensino envolvidos, ficou acordado as crianças utilizarem o bar do Conservatório de Música para tomarem as refeições. Com a mudança do Conselho Executivo do Conservatório de Música, os seus representantes não permitiram a utilização da cantina pelas crianças do Jardim de Infância e apesar de todos os esforços envidados pelas diversas entidades, para desbloquear a situação e de já terem sido visitadas pelos diversos representantes com responsabilidade para avaliar o problema, a situação continuava a arrastar-se há vários anos.

A Dr.^a sublinhou que com o prolongamento do horário a funcionar na ACAVE, verificava-se a junção de crianças do ensino pré-escolar e do 1º ciclo, o que considerava ser pouco pedagógico.

Finalmente afirmou que era opinião unânime de todos os pais, educadores e demais entidades, que as crianças não podiam continuar a permanecer em condições indignas e perigosas. Tinham o direito a instalações condignas para as suas actividades lectivas e também para as de componente de apoio à família.

Solicitou uma resposta urgente do Executivo para que a Fundação Calouste Gulbenkian doasse ao Município as instalações onde estavam a funcionar desde 1985, o JARDIM ESCOLA DA GLÓRIA, o Conservatório de Música e ACAVE, bem como, a celebração de um novo protocolo de cedência de espaços ao Jardim-Escola

O Sr. **José Furão** manifestou o seu descontentamento pela existência de um aterro situado junto à casa de sua irmã, pois, tinha ocorrido um desabamento de terras, o qual obstruiu uma vala de escoamento das águas pluviais, provocando infiltrações na casa da sua irmã, acarretando sérios prejuízos.

Pediu a realização de uma vistoria ao local e apelou para uma rápida intervenção da Câmara no sentido de resolver o problema.

O Sr. **José Cardoso** em representação dos moradores dos lugares do Paço e Póvoa de Paço apresentou um abaixo-assinado, solicitando que a Câmara Municipal execute um abrigo na paragem do autocarro existente na Travessa do Monte do Paço, proceda à marcação de passadeiras e coloque de sinais de trânsito com a indicação de limites de velocidade, para dessa forma contribuir para a segurança rodoviária naquela localidade.

O Sr. **Pinto** chamou a atenção para a necessidade do Município desenvolver acções de fiscalização no Concelho de Aveiro, sobretudo nos estabelecimentos de restauração e bebidas.

O Sr. **António Sousa** iniciou a sua intervenção questionando se já havia alguma resolução para a alteração da sinalização do trânsito no lugar de Cabo Luís. Por fim, agradeceu a disponibilidade demonstrada pelo Executivo em ter colocado de novo em circulação o autocarro no quarteirão daquela localidade.

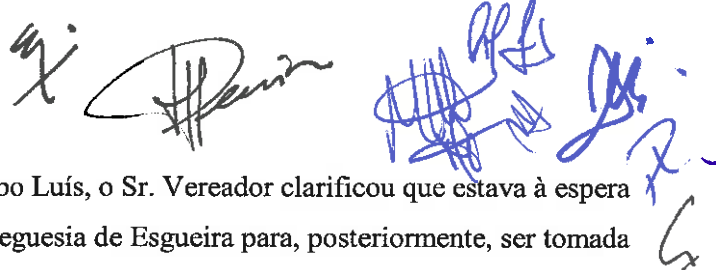
Intervenções dos Srs. Vereadores

O Sr. **Vereador Dr. Pedro Ferreira** saudou os seus congéneres presentes e esclareceu que já tinham sido tomadas algumas medidas destinadas a colmatar a situação do Jardim de Infância da Glória, nomeadamente, já tinha sido solicitado um parecer jurídico e tinham sido encetados contactos com o Ministério da Educação no sentido de ser revisto aquele protocolo.

O Dr. Pedro Ferreira manifestou a sua preocupação e afirmou que iria enveredar todos os esforços para que as crianças começassem a almoçar de novo na cantina do Conservatório, ainda durante o mês de Dezembro, embora reconhecesse não ser fácil inverter as posições, visto que aquele processo se arrastava há muitos anos.

O Sr. **Presidente da Câmara** em resposta ao Sr. José Furão, referiu que aquele assunto já tinha sido apreciado em reunião de Câmara e que os técnicos se tinham, de imediato, deslocado ao local. No entanto, com a ocorrência das infiltrações e a possibilidade da vala hidráulica poder estar obstruída, considerava ser uma situação bastante grave e preocupante. Garantiu que iria ser marcada uma nova vistoria ao local para a regularização da situação.

O Sr. **Vereador Dr. Miguel Capão Filipe** respondendo à questão colocada sobre o trânsito registou a petição e disse que os Serviços iriam providenciar junto da Direcção-Geral de Viação a viabilidade da pretensão dos munícipes dos lugares do Paço e Póvoa do Paço, bem como, a realização do respectivo estudo técnico, para verificar quais as sugestões que poderiam ser executadas.



Relativamente à alteração do trânsito na zona do Cabo Luís, o Sr. Vereador clarificou que estava à espera do resultado da consulta pública, mediada pela Junta de Freguesia de Esgueira para, posteriormente, ser tomada uma decisão na Reunião de Câmara.

O Sr. Vereador **Dr. Nuno Marques Pereira** saudou os presentes e começou por solicitar esclarecimentos sobre o ponto de situação, no Concelho de Aveiro, depois da intempérie que se abateu sobre o país e, nomeadamente, se tinham sido postos em risco pessoas e bens; se tinha ocorrido algum problema na Rua do Ramil; e se a Autarquia tinha intervindo naquela obra.

De seguida, o Sr. Vereador reportou-se a uma notícia veiculada na comunicação social sobre uma avaria verificada na lancha da Transria quando efectuava a travessia para S.Jacinto. Questionou se a mesma iria ser vendida como foi anunciado ou se já tinha sido decidido dar outro destino aquela embarcação. Aproveitou para esclarecer que aquela era uma lancha de mar e a única que conseguia efectuar a carreira quando aquele estava agitado e que assumia uma importância fundamental para o transporte de sinistrados de S.Jacinto para Aveiro.

O Sr. Vereador **Eng.º Carlos Santos** agradeceu as questões levantadas considerando-as bastante oportunas. Aproveitou para fazer uma breve análise dos acontecimentos provocados pela intempérie que assolou o concelho de Aveiro. Disse ainda, que Aveiro não foi tão flagelada como algumas zonas do país. Não houve acidentes pessoais, apenas alguns danos materiais, os quais foram prontamente resolvidos pelos funcionários que estiveram continuamente de prevenção com espírito de equipa, verdadeiramente dedicada e empenhada.

Finalmente, reconheceu toda a disponibilidade e empenhamento prestado pelos diversos departamentos da Câmara, dos Serviços Municipalizados e das respectivas equipas que estiveram no terreno para acompanhar os diversos problemas ocorridos, que foram de imediato resolvidos pelo pessoal que esteve continuamente de prevenção.

Relativamente ao problema existente na Rua do Ramil, o Sr. Vereador disse que era uma zona crítica sujeita a inundações. Existia ali um problema complicado por ter sido autorizada uma construção por cima de uma vala hidráulica. Referiu que estavam a ser encetadas negociações com a Junta de Freguesia e com o empreiteiro, no sentido de ser resolvida aquela situação.

O Sr. Vereador **Dr. Pedro Ferreira** iniciou a sua intervenção aludindo a uma notícia difundida no Jornal de Notícias sob o título “Conta bancária da Câmara penhorada por 79 mil euros”. Fez questão de afirmar que aquela notícia estava correctamente descrita clara e objectiva, informando que a mesma se relacionava com a logística do campeonato do mundo de Kayak-Polo, organizado pelo anterior Executivo, em Setembro de 1998. O Sr. Vereador mostrou-se indignado em relação ao título da mesma, pois só fazia referência à Câmara de Aveiro e não às outras entidades envolvidas na organização, considerou que a Câmara Municipal deveria ter um tratamento diferente em termos jornalísticos. Aproveitou para dar conhecimento que a Câmara Municipal estava a cumprir as suas obrigações e já tinha pago a alguns dos prestadores de serviços.

O Sr. Vereador distribuiu o cronograma das acções realizadas no âmbito da Carta Educativa e solicitou ao Sr. Vereador Nuno Marques Pereira que se retractasse quanto à afirmação proferida de que a Carta Educativa nunca tinha sido discutida em reunião de Câmara.

Deu conhecimento à Câmara Municipal e congratulou-se com o teor de várias cartas remetidas pelo Ministério da Educação e pelas Associações as quais davam conta que nos estabelecimentos escolares de Aveiro as acções de enriquecimento curricular foram iniciadas em Setembro e Outubro. Alertou ainda que, não tinha sido feita qualquer transferência de verbas do Ministério da Educação para pagar aos profissionais que prestam os serviços.

Prosseguindo o Sr. Vereador esclareceu que a lancha Transria tinha sido submetida uma única vez a hasta pública, havia um comprador, mas aquele não tinha tido possibilidades de cumprir os requisitos do concurso. Acrescentou que a Transria só deixaria o activo da Moveaveiro quando o ferryboat começasse a funcionar, faltava somente autorização da APA para efectuar algumas alterações no Cais da Ria.

O Sr. Vereador Nuno Marques Pereira na sequência da notícia veiculada na comunicação social, relativamente às dívidas derivadas da organização do Kayak-Polo, mostrou-se surpreendido por não ter sido divulgado um desmentido, no sentido de defender o bom-nome da Câmara Municipal.

Quanto à Carta Educativa o Sr. Vereador afirmou que era um documento muito pobre, e não tinha sido profundamente discutido no Conselho Municipal de Educação.

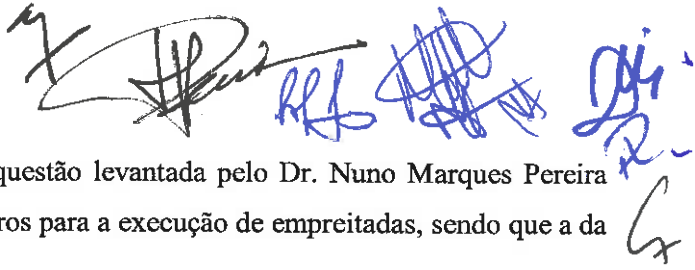
Por fim, o Dr. Nuno Marques Pereira contrapôs as declarações do Dr. Pedro Ferreira, dizendo que não se retractava, nem retirava uma vírgula naquilo que tinha dito. Demonstrou a sua apreensão em relação aquela matéria, porque ainda não se tinham dado quaisquer progressos na conclusão daquele documento que considerava de extrema importância para o Município de Aveiro.

Em relação ao problema existente na Rua do Ramil, questionou o Sr. Vereador Eng.º Carlos Santos se foram cumpridos todos os formalismos necessários à adjudicação daquela empreitada.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marília Martins começou por agradecer o envio do cronograma da Carta Educativa. Reafirmou o propósito de conhecer o que entretanto tinha sido feito e quais os objectivos a concretizar.

Referiu que apesar de compreender todos os formalismos exigidos para a execução da Carta Educativa, tinha partido do princípio que até 31 de Janeiro estaria aprovada e concluída e constatava que aquele objectivo não tinha sido atingido.

O Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira fez uma análise crítica relativamente a alguns pontos do cronograma da Carta Educativa, dizendo que o que estava expresso naquele documento, era somente a alusão às reuniões efectuadas entre as diversas entidades envolvidas, não especificando as acções concretas. Comentando, que aquele documento não era um cronograma de acção, porque não reflectia quaisquer acções que supostamente deveriam ter sido realizadas.



O Sr. Vereador Eng.º Carlos Santos respondeu à questão levantada pelo Dr. Nuno Marques Pereira dizendo que estava prevista uma verba de três milhões de euros para a execução de empreitadas, sendo que a da Rua do Ramil já tinha sido adjudicada.

O Sr. Vereador Pedro Ferreira informou que não tinha feito qualquer desmentido em relação à referida notícia do Kayak-Polo, porque aquela estava correcta.

Relativamente às questões colocadas pela Dr.ª Marília, o Sr. Vereador explicou a forma como decorreu todo o processo da Carta Educativa, dizendo que houve uma primeira reunião com o Conselho Municipal de Educação, tendo sido apresentado o respectivo documento síntese às Juntas de Freguesia, o qual foi discutido com as diversas entidades envolvidas para perceber todas as perspectivas.

O Sr. Vereador fez questão de referir que houve um empenhamento do Executivo em dialogar com todas as Entidades, mas que o documento espelhava alguns constrangimentos em termos financeiros.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marília Martins realçou o empenhamento e o contributo do Sr. Presidente da Câmara naquele processo, enquanto exercia funções de Presidente de Junta. Disse que tinha compreendido a abordagem feita pelo Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira, mas que na sua opinião o processo não foi transparente. Estava consciente das dificuldades burocráticas inerentes à aprovação daquele processo, mas que a ideia que transpareceu foi a de que o documento ainda não estava concluído.

Finalmente a Dr.ª Marília disse que a Carta Educativa era essencial para o concelho de Aveiro, porque todos seriam favorecidos com a implementação e não tinha tido intenção em criar constrangimento com as suas observações.

O Sr. Presidente da Câmara assegurou o empenhamento deste Executivo na concretização da Carta Educativa. Reforçou a ideia de que o futuro teria que ser antecipado, havia todo um conjunto de questões que deveriam ser analisadas e por aquele motivo solicitou que o Vereador Dr. Pedro Ferreira ouvisse todas as entidades intervenientes, para condensar e consagrar todos os objectivos da comunidade educativa.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: - De seguida, o Sr. Presidente da Câmara solicitou a introdução de alguns assuntos urgentes, na ordem do dia, que careciam de deliberação, ao abrigo do disposto no art. 83º parte final, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na actual redacção, tendo os membros presentes deliberado, por unanimidade, aceitar a introdução dos assuntos abaixo indicados.

CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DE AVEIRO: - De acordo com a informação prestada pela Divisão do Centro de Congressos, integrada no Departamento de Cultura e Turismo, datada de 22 de Novembro do corrente ano e na sequência do requerimento da OFICINA DE MÚSICA DE AVEIRO a solicitar a cedência gratuita do Grande Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, para o dia 30 de Julho de 2007, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a cedência do referido auditório, e em contrapartida a OFICINA DE MÚSICA DE AVEIRO realizar um espectáculo ou outra actividade para os alunos, a acordar com a Divisão de Educação.

CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DE AVEIRO: - Face às informações prestadas pela Divisão do Centro de Congressos, integrada no Departamento de Cultura e Turismo, e da Divisão da Educação, integrada no Departamento de Educação, Juventude e Desporto, datadas de 22 de Novembro do corrente ano, foi deliberado, por unanimidade aprovar a cedência gratuita do Grande Auditório, à ESCOLA PROFISSIONAL DE AVEIRO para a realização da Sessão Inaugural de Abertura do Ano lectivo, a ter lugar no dia 29 de Novembro.

CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DE AVEIRO: - De acordo com a informação prestada pela Divisão do Centro de Congressos, integrada no Departamento de Cultura e Turismo, datada de 20 de Novembro do corrente ano, e na sequência do pedido do Partido Socialista, foi deliberado, por unanimidade aprovar a cedência gratuita do Pequeno Auditório para a realização de um Colóquio a tomar lugar no dia 13 de Dezembro.

O Sr. **Presidente da Câmara** deu início à apreciação dos assuntos constantes da Ordem do Dia.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – APROVAÇÃO DE TARIFÁRIOS: - O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira deu conhecimento da proposta de actualização do Tarifário de Água e Saneamento, tendo solicitado ao Sr. Eng.º Alberto Roque, Director-Delegado dos Serviços Municipalizados de Aveiro, uma explicação detalhada da proposta, aprovada por deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Aveiro, em 21 de Novembro, findo, que a seguir se enunciam:

Abastecimento de Água – Domésticos:

- 1º escalão (0-8m³) 0,480€;
- 2º escalão (9-20m³) 1,000€;
- 3º escalão (>20m³) 1,750€.

Domésticos – Famílias Numerosas:

Agregado	1º escalão	2º escalão	3º escalão
5	0 – 12m ³	13 – 25m ³	> 25m ³
6	0 – 16m ³	17 – 30m ³	> 30m ³
7	0 – 20m ³	21 – 35m ³	> 35m ³
8	0 – 24m ³	25 – 40m ³	> 40m ³
9	0 – 28m ³	29 – 45m ³	> 45m ³
>9	0 – 30m ³	31 – 50m ³	> 50m ³
	0,480€	1,000€	1,750€

Comércio/Indústria: Não sujeito a alterações.

1º Escalão - de 0m³ a 50m³0,90 €

2º Escalão - > 50m³1,96 €

Administração Central: Não sujeito a alterações.

Tarifa Única1,60 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Autarquias / Instituições sem fins lucrativos: Não sujeito a alterações.

Tarifa Única0,58 €

Provisórios: Não sujeito a alterações.

Tarifa Única1,90 €

Tarifas de Disponibilidade de Água (fixa):

Calibre mm

15	4,50 €
20	4,50 €
25	4,50 €
40	20,00 €
50	47,50 €
80	70,00 €
100	105,00 €
125	250,00 €
150	375,00 €

Saneamento

Tarifa de Utilização de Saneamento (Us)

Utilizador Doméstico, Administração Central, Autarquias

e Instituições sem fins lucrativos. Não sujeito a alterações. US = bc

Indústria US = 3 bc

Comércio e Provisórios US = 2 bc

Tarifa de Disponibilidade Saneamento (Ds) – fixa/mensal

Utilizador Doméstico, Administração Central, Autarquias

e Instituições sem fins lucrativos DS = a

Indústria DS = 3a

Comércio e Provisórios DS = 3a

Em que:

a = 2,00 €

b = 0,60 €

c = consumo de água 90%

Outras Tarifas: Não sujeito a alterações.

Aferição de contador 20,00 €

Detecção de fugas 35,00 €

Ligação à rede 30,00 €

Instalação de contador	30,00 €
Restabelecimento	25,00 €
Inscrição de canalizadores	300,00 €
Planta de colectores	9,00 €

Tarifa de Ensaios de Canalizações Interiores: Não sujeito a alterações.

Até 4 dispositivos	35,00 €
De 6 a 20 dispositivos	70,00 €
Superior a 20 dispositivos (por dispositivo)	3,50 €

Escoamento de Fossas: Não sujeito a alterações.

Tipo de utilizador

Domésticos	25,00 €
Outros	50,00 €

Cauções para Contratos Provisórios: Não sujeito a alterações.

Tipo de consumidor

Domésticos	50,00 €
Outros	100,00 €

Ramais de Água* (até 10m de comprimento): Não sujeito a alterações

3/4"	219,47 €
1"	229,45 €
1.1/2"	249,40 €
2"	279,33 €
Cada metro Adicional	14,96 €

* A tarifa para ramais de calibre superior será determinada, caso a caso, pelos SMA.

Ramais de Saneamento* (até 10m de comprimento): Não sujeito a alterações.

125mm	349,16 €
160mm	361,63 €
200mm	523,74 €
Cada metro Adicional	24,94 €

* A tarifa para ramais de calibre superior será determinada, caso a caso, pelos SMA. A todas as tarifas atrás mencionadas acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Submetida a proposta acima transcrita à votação, nos termos do que dispõe a alínea j) do nº 1 do artº. 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi a mesma aprovada por unanimidade, pelo que o tarifário em análise deverá produzir efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2007.

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.]

TEMA – TEATRO MUNICIPAL DE AVEIRO: - O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra à Directora Geral da TEMA, EM, Dr.^a Maria da Luz Nolasco, que procedeu à explicação geral dos Instrumentos de Gestão Previsional para 2007, bem como, do parecer do Fiscal Único, documentos que foram previamente distribuídos para apreciação. Após breve troca de impressões sobre o assunto, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os referidos documentos, que ficam anexos à presente acta.

EMPRÉSTIMO BONIFICADO: - De acordo com a informação n.º 315/DEF/11-2006 da Divisão Económico Financeira, integrada no Departamento Económico Financeiro e à luz do artigo 33.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a contracção de um empréstimo no valor total de setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e noventa e seis euros (762.296,00€), a vencer no prazo de 25 anos e com a bonificação de 60% da taxa de juro.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), n.º 6, do art.º 64.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

ANIMAÇÃO DE NATAL 2006 EM DIVERSOS LOCAIS DA CIDADE: - Face à informação n.º 316/DEF/11-2006 da Divisão Económico Financeira, integrada no Departamento Económico Financeiro, e em conformidade com o artigo 148.º do Código de Procedimento Administrativo, foi deliberado, por unanimidade aprovar a rectificação do Orçamento da Animação de Natal 2006, para o montante global de cinco mil, novecentos e sessenta e um euros (5.961,00€).

EXTINÇÃO DE CLAUSULA DE REVERSÃO: - Face à informação n.º 922 da Divisão de Notariado e Contratação Pública, integrado no Departamento Jurídico e por ter sido requerido pela Sr.^a Rosa Maria Rodrigues de Almeida, foi aprovado, por maioria, com as abstenções dos vereadores Dr.^a Marília Martins, Dr. Nuno Pereira, Dr. António Andrade e Dr.^a Margarida Ferreira, a extinção da Cláusula de Reversão relativa ao lote 45, sito na Zona Industrial de Tabueira, Freguesia de Esgueira, adquirido à Câmara Municipal por escritura pública outorgada em 22 de Outubro de 1980, lavrada de folhas 16 a folhas 19 do Livro de Escrituras n.º 74, e com o processo de obras n.º 378/80, de modo a que a requerente possa contrair um mútuo com hipoteca sobre o referido lote.

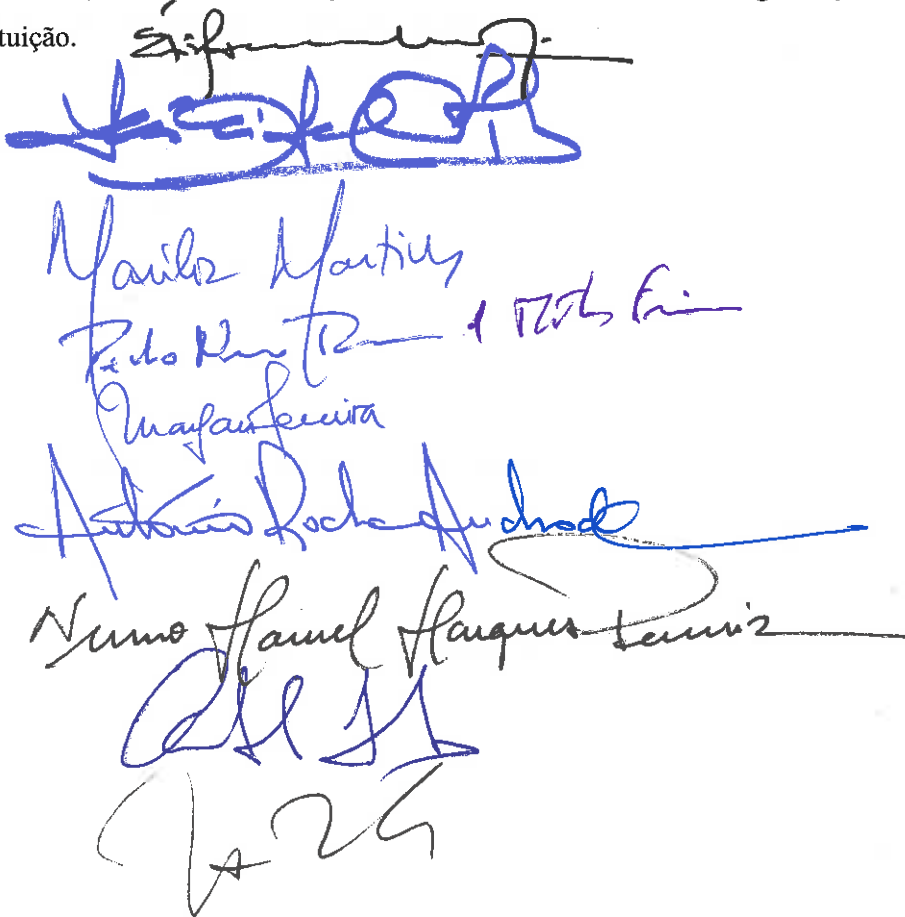
CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE QUIOSQUE: - De acordo com a informação n.º 863/GCP/2006 do Gabinete de Contratação Pública, integrado no Departamento Jurídico, foi deliberado por unanimidade, nos termos da alínea d), do n.º 2, do art.º 178.º e art.ºs 182.º e 183.º, do Código de Procedimento Administrativo, aprovar a abertura de Concurso Público para a Concessão de Exploração de Quiosque, sito na Rua Conselheiro Luís de Magalhães, com o preço base mensal de trezentos e trinta e sete euros e vinte e oito cêntimos (337,28€).

PROJECTO BIBRIA: - A Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação n.º 314/DEF/11-2006, de 21 de Novembro, da Divisão Económico Financeira, inserida no Departamento Económico Financeiro, aprovar a transferência de verbas no valor de dois mil, seiscentos e trinta e oito euros e oitenta e nove cêntimos (2.638,89€) para o projecto BibRia, em conformidade com estabelecido no Contrato de Consórcio.

CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DE AVEIRO: - Face às informações prestadas pela Divisão do Centro de Congressos, integrada no Departamento de Cultura e Turismo, datada de 20 de Novembro do corrente ano, foi deliberado, por unanimidade aprovar a cedência gratuita do Grande Auditório ao Centro Social de Esgueira, para a realização da Festa de Natal, a ter lugar no dia 15 de Dezembro.

APROVAÇÃO EM MINUTA: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3, do art. 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, tendo a mesma sido distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 19h00m. Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que foi assinada pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e por mim, Carmen da Conceição Santos, Chefe da Divisão de Organização e Administração, em regime de substituição.



Handwritten signatures in blue ink, including:

- Élio Manuel Delgado da Maia
- Manoel Martins
- Pedro António da Silva
- Manoel Martins
- António Rocha Fuched
- Nuno Manuel Marques
- Other illegible signatures



CÂMARA MUNICIPAL
AVEIRO

DIVISÃO DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

EDITAL N.º 146/2006

ÉLIO MANUEL DELGADO DA MAIA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE AVEIRO

Faz público que a Câmara Municipal de Aveiro vai proceder à venda, em hasta pública, no próximo dia 27 de Novembro, com início às 15 horas, no Edifício dos Paços do Concelho, um terreno sito nas Azenhas de Baixo, na freguesia de Santa Joana, deste concelho.

P. P. Centro

Área do Terreno	Área de Construção	Base de Licitação
4.076,89 m ²	4.440,00 m ²	410.000,00 €


Os interessados não poderão oferecer lanços inferiores a 5.000,00 €.

As respectivas condições de venda e plantas de localização, poderão ser consultadas nos Serviço Administrativos desta Câmara Municipal dentro das horas normais do expediente.

O presente edital e outros de igual teor vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

AVEIRO E PAÇOS DO CONCELHO EM 25 DE OUTUBRO DE 2006

O PRESIDENTE DE CÂMARA



(Élio Manuel Delgado da Maia, Dr.)



CONDIÇÕES DE VENDA DOS LOTES DE TERRENO EM AZENHAS DE BAIXO – SANTA JOANA

- 1 - A arrematação efectuar-se-à na sala de reuniões da Câmara Municipal de Aveiro, em data e hora anunciadas por edital.
- 2 - O preço de licitação e respectivos lanços são os constantes do edital atrás referido.
- 3 - Feita a adjudicação do terreno, o adjudicatário fica desde logo obrigado a:
 - a) - efectuar na Tesouraria da Câmara Municipal de Aveiro, no dia da praça, a entrega de 40 % do valor da adjudicação como sinal e princípio do pagamento;
 - b) - proceder ao pagamento do IMT no prazo de 30 dias, a contar da data da arrematação, de harmonia com o disposto no Decreto-Lei n.º 287/2003 que aprova o CIMT, mediante guias passadas pela Secretaria da Câmara Municipal de Aveiro, onde o interessado, depois, terá de provar o respectivo pagamento;
 - c) - a comparecer na Secretária da C.M.A. , dentro dos 30 dias seguintes à data do pagamento integral da importância de arrematação, a fim de se lavrar a escritura de compra e venda.
 - 1 - Todas as despesas a realizar com a celebração da escritura decorrerão por conta do adjudicatário;
 - 2 - A falta de cumprimento, por parte do adjudicatário, do disposto nas alíneas a), b) e c) implica a sua renúncia à compra do terreno.



4 - O restante pagamento é feito em três prestações:

- a) – a primeira, de 20% do preço, no prazo dos 60 dias seguintes, contados a partir do dia da hasta pública;
 - b) – a segunda, de 20% do preço, no prazo de 120 dias, contados a partir do dia da hasta pública;
 - c) – a terceira, de 20% do preço, no acto da escritura a marcar pela Câmara Municipal por aviso, com um prazo de 15 dias, nunca antes de 180 dias de hasta pública;
- ϕ Único – Estas prestações não vencem juros.

5 - A aquisição da parcela de terreno implica a obrigatoriedade, por parte dos seus adquirentes, de neles construírem os Edifícios Habitacionais a submeter ao regime de CDH – Contratos de Desenvolvimento para Habitação, de acordo com o Estudo Urbanístico a fornecer pela C.M.A. para execução do projecto.

6 - A construção dos prédios deverá ser iniciada até 18 meses a partir da data da celebração da escritura de compra e venda e concluída dentro dos três anos seguintes.

Estes prazos poderão ser prorrogados mediante o consentimento prévio da Câmara Municipal.

7 – Se o Estudo Urbanístico sofrer alterações por parte da Câmara Municipal de Aveiro, que impliquem variação na área de construção, esta será quantificada em referência ao valor da venda da hasta pública.

8 – A Câmara Municipal compromete-se a ter as infra-estruturas prontas até 31 de Dezembro de 2007, com 90 dias de tolerância. Caso não se verifique, o adquirente reserva-se o direito de executar as referidas infraestruturas, imputando o seu custo à Autarquia.

9 – A Câmara Municipal poderá exercer o direito de preferência, ao preço estipulado pelo INH, conforme Contrato de Desenvolvimento, para aquisição de fogos até um numero máximo de 12.



10 - Se não for cumpridas a cláusula anterior, o terreno reverterá a favor da Câmara Municipal de Aveiro, pela importância base de licitação sem direito para os possuidores, à data da reversão, de exigirem da Câmara Municipal de Aveiro quaisquer indemnizações por benfeitorias ou construções ali feitas ou existentes, a qualquer título. Para o efeito da reversão, a Câmara Municipal de Aveiro notificará o proprietário da resolução tomada, em carta com aviso de recepção, o qual, poderá aduzir, querendo, as razões justificativas do não cumprimento desta condição dentro do prazo de 15 dias, a contar da data da notificação.

Por sua vez, a Câmara Municipal, julgará atendíveis ou não as razões apresentadas e comunicará a respectiva deliberação ao(s) interessado(s).

11 - Para a celebração da competente escritura pública e, até à data da respectiva celebração, mediante consentimento prévio da Câmara Municipal, poderá o arrematante indicar como comprador uma outra pessoa (singular ou colectiva).

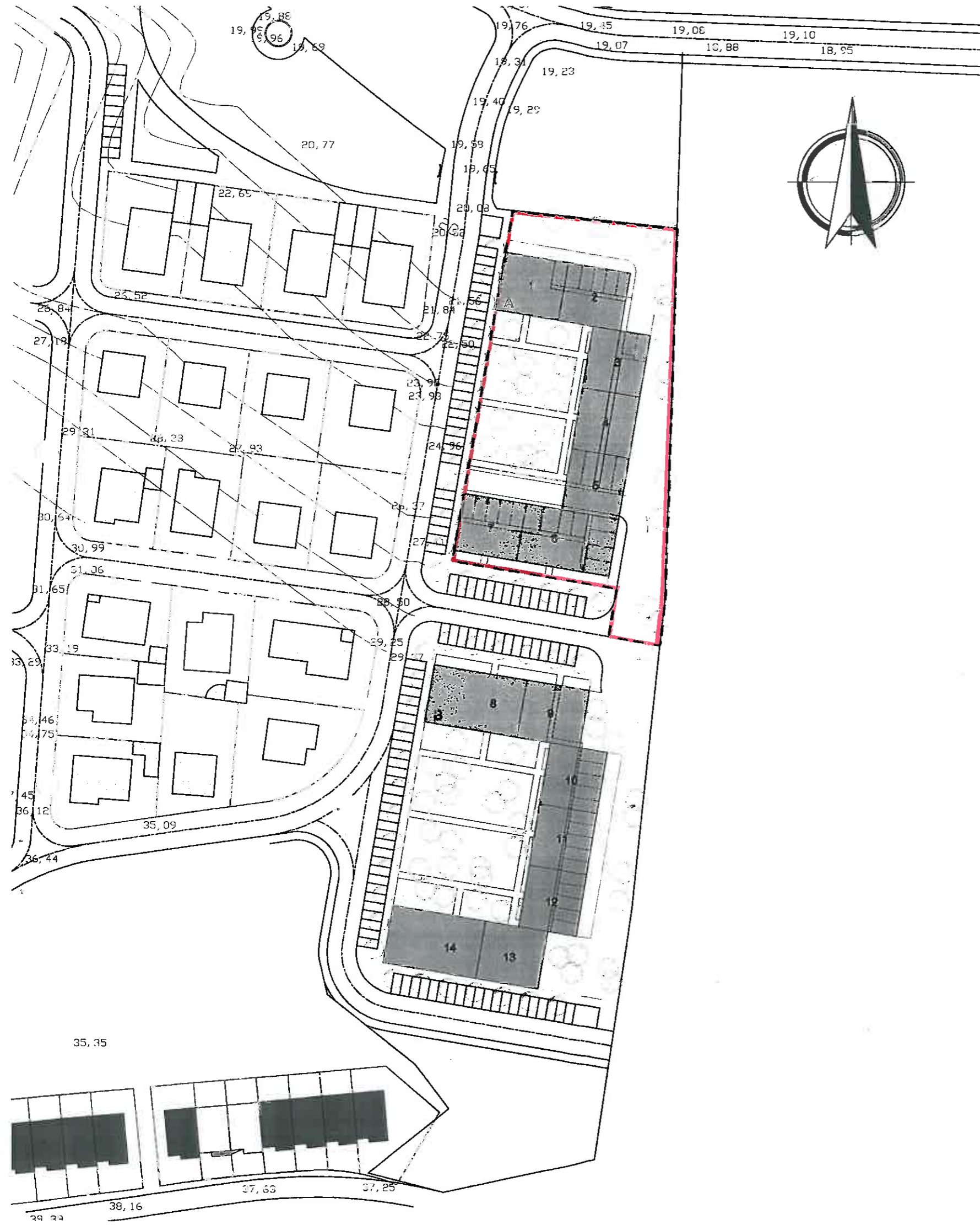
12 - Os terrenos estarão disponíveis após a adjudicação.

D.P.I., _____ de Setembro de 2006



ZONAS DE CONSTRUÇÃO			
	Zona de construção do Tipo I		Zona agrícola e florestal
	Zona de construção do Tipo II		Zona de salvaguarda estrita
	Zona de construção do Tipo III		Área de conservação da natureza
	Zona industrial e de armazenagem		Vias e arruamentos propostos
	Zona predominantemente de armazenagem e serviços		Imóvel de interesse concelhio
	Zona de indústria extractiva		Limite de unidade operativa
	Zona de equipamento		Limite do concelho
	Zona sujeita a planos especiais (Centros Históricos)		Limite da unidade militar de S. Jacinto
			Plano de Urbanização
			Outros Planos Municipais de Ordenamento do Território
			Número Identificativo de Plano

	CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO Departamento de Desenvolvimento e Planeamento Territorial		
	Extracto da Planta de Ordenamento		
rúbrica	Req. / Proc.	Data / / -	escala: 1:10.000



ESTUDO URBANÍSTICO

ESPECIFICAÇÕES POR PARCELA

Parcela	Fogos	Finalidade	Estacion.	Polígono de base de implant.(m2)					Área de construção (m2)				
				Nº	Acima da Cota de Soleira	Abaixo da Cota de Soleira	Habituação	Garagem Subterrânea (Cave)	Sotão	Comércio Serviços Indústria Armazéns	Habituação	Comércio Serviços Indústria Armazéns	Não habitável
18920	90	Habituação multifamiliar	40	3	1	3 165	794,08	-	-	9 495	-	794,08	10 289,08

	Bloco A		Bloco B		Áreas de Construção	
	T2	T3	T2	T3	Bloco A	Bloco B
Cave	-	-	-	-	510,58 m2 25 lug. aparc.	283,50 m2 15 lug. aparc.
R/ Chão	7	7	7	9	1 480,00 m2	1 685,00 m2
1º Piso	-	14	-	16	1 480,00 m2	1 685,00 m2
2º Piso	-	14	-	16	1 480,00 m2	1 685,00 m2
Total	7	35	7	41	4 440,00 m2	5 055,00 m2

Área do Terreno A- 4076,89 m2
 Área do Terreno B- 4335,14 m2
 Área de Construção em cave: 794,08 m2
 Área de Construção Habitacional: 9 495,00 m2
 Nº Total de Fogos - 90
 Nº Total de Garagens Individuais - 40
 Nº Total de Aparcamentos Exteriores - 113

ESPECIFICAÇÕES PARA O TERRENO

Índice de Implantação	Índice de Construção	Densidade Populacional	Estacionamentos		Áreas de Cedências (m2)				
			Privados (nº)	Públicos (nº/m2)	Faixa de rodagem	Passeios	Estacion.	Equipamentos	Áreas Verdes
0,209254	0,543820	190	40	113	1144,36	1 600,62	1 245,19	-	2 998,78

LEGENDA

- Construção existente
- Construção a propor
- Construção a projectar por entidade privada
- Área Verde
- Curvas de Nível
- Linhas de Água

	Câmara Municipal de Aveiro		Freguesia	S.ta Joana
	D.D.P.T. - Divisão de Património Imobiliário		Desenho nº	1
	Loteamento em Azenhas de Baixo - S.ta Joana		Finalidade	Habituação Social
	Assinatura	Planta Geral	Pedro Arêde	Escala



INFORMAÇÃO TEMA – TEATRO MUNICIPAL DE AVEIRO, EM

Exmo. Sr. Presidente
Câmara Municipal de Aveiro

N/Ref. 4/2006	31/10/2006
---------------	------------

Assunto: Instrumentos de Gestão Previsional da TEMA, EM para 2007

A fim de dar cumprimento ao estabelecido no artigo 17º dos estatutos da TEMA, EM e no artigo 30º da Lei nº 58/98 de 18 de Agosto, remetemos a V. Exa os Instrumentos de Gestão Previsional da TEMA, EM para o ano de 2007.

Este documento é composto por 27 páginas sendo 25 relativas aos instrumentos de gestão previsional e 2 destinadas ao Parecer do Fiscal único.

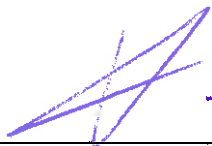
O Presidente do Conselho de Administração

(Dr. Miguel Capão Filipe)

Vogal do Conselho de Administração

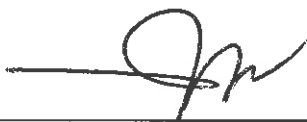
(Dr. Jorge Greno)

Vogal do Conselho de Administração



(Dr. Virgilio Nogueira)

A Directora Geral da TEMA, EM



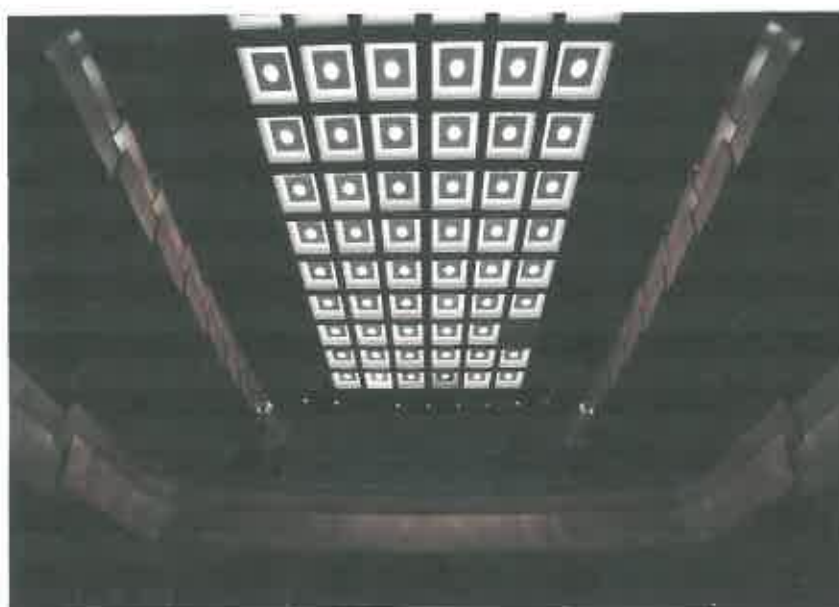
Dra Maria da Luz Nolasco

Handwritten signature in blue ink.



TEMA

Teatro Municipal de Aveiro, EM



Instrumento de gestão previsional para 2007

- ✓ Plano Plurianual de Actividade;
- ✓ Orçamento Anual de investimentos;
- ✓ Orçamento anual de exploração, desdobrado em orçamento de proveitos e orçamento de custos;
- ✓ Orçamento anual de tesouraria;
- ✓ Balanço Previsional.



1. Introdução.....	2
2. Enquadramento.....	2
3. Os Objectivos.....	3
4 A Actividade da Tema	
4.1 Co-existência com o Teatro Aveirense, Lda.....	4
4.2 Filosofia de Gestão.....	5
4.3 Articulação com a Câmara Municipal de Aveiro.....	8
5. Investimentos Diversos.....	10
5.1 Área Administrativa.....	11
5.2 Área Bilheteira.....	11
5.3 Área Palco/Cena.....	13
5.4 Área Manutenção.....	14
5.5 Área Produção/Divulgação.....	18
6. Orçamento	
6.1 Instrumentos de Gestão Previsional.....	18
6.2 Orçamento Anual de Exploração, desdobrado em orçamento de proveitos e custos.....	19
6.3 Orçamento Anual de Tesouraria.....	20
6.4 Mapas.....	20
6.4.1 Plano Plurianual de Investimentos – Orçamento para 2007.....	21
6.4.2 Orçamento Anual de Exploração, desdobrado em orçamento de proveitos e custos.....	22
6.4.3 Balanço previsional.....	23
6.4.4 Demonstração de Resultados Previsional.....	24
6.4.5 Orçamento Anual de Tesouraria.....	25



1. Introdução

De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo nº 17 dos estatutos da TEMA, EM apresentamos a estratégia e linhas orientadoras para o ano de 2007 e para os anos seguintes, bem como os instrumentos de gestão previsional.

Para além da obrigatoriedade da apresentação destes elementos, pretende-se que este documento seja um instrumento de trabalho para o ano de 2007, traçando as orientações a seguir relativamente à actividade a desenvolver pela TEMA, EM e aos princípios que norteiam a sua gestão.

Achamos fundamental enquadrar a actividade da TEMA e explicitar os seus objectivos. A filosofia de gestão preconizada, a articulação com a Câmara Municipal de Aveiro e a explanação da problemática da coexistência do Teatro Aveirense, Lda e a TEMA, EM são questões fulcrais que abordamos neste documento.

A partir de um levantamento de necessidades realizado, enumeramos os investimentos a realizar ou manifestamos o interesse em efectuá-los assim que a situação financeira o permitir.

Finalmente, apresentaremos os instrumentos de gestão previsional para o ano de 2007.

2. Enquadramento

A TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, E.M. foi constituída a 27 de Julho de 2005 com o objectivo de gerir e promover as actividades realizadas no Teatro Aveirense.

"A TEMA, EM tem por objecto social principal a gestão do Teatro Aveirense e a realização de actividades culturais de acordo com os princípios do interesse público e as orientações recebidas da Autarquia para a programação anual do Teatro, bem como



promover acções necessárias à manutenção, reabilitação ou reequipamento desse espaço, e ainda aqueles que, a qualquer título, lhe sejam confiados para desenvolvimento de actividades sócio-culturais conexas¹.

Pretende-se que a TEMA, EM possa facultar a todos quantos visitam o Teatro Aveirense espaços de experimentação e fruição cultural, alicerçada na pedagogia e diversidade das diversas formas de expressão artística.

Actualmente encontra-se em fase avançada a constituição do Conselho Consultivo da TEMA, EM, previsto na alínea b) do artigo 4º dos estatutos, estando a ser ultimados os convites aos seus membros os quais terão origem nas diversas áreas da cultura nomeadamente cinema, dança, teatro, multimédia e ainda representantes do tecido empresarial aveirense.

3. Objectivos

A TEMA, EM tem por objectivos fundamentais:

- a) A continuidade do funcionamento do Teatro Aveirense;
- b) O funcionamento do Teatro Aveirense como espaço de produção e apresentação de espectáculos, de criação artística, de exibição de exposições, realização de congressos, colóquios e outras manifestações relacionadas com as artes do espectáculo;
- c) O apoio a jovens artistas e grupos culturais, nomeadamente para a criação e apresentação de primeiras obras no Teatro Aveirense;
- d) A inserção do Teatro Aveirense nas redes de circulação nacionais e internacionais;
- e) O desenvolvimento de actividades pedagógicas no Teatro Aveirense, no âmbito de uma programação de Serviço Educativo;
- f) A contribuição para a criação, fidelização e desenvolvimento de novos públicos para o Teatro Aveirense;

¹ In Estatutos da TEMA, EM, Artigo nº 3 – Objecto e Atribuições da Empresa



- g) A manutenção e desenvolvimento de um pólo de informação cultural permanente no Teatro Aveirense;
- h) O desenvolvimento cultural e artístico da cidade de Aveiro;

4. A actividade da TEMA

4.1 Co-existência com o Teatro Aveirense, Lda

Conforme foi já referido, a TEMA, EM foi constituída com o objectivo de gerir o espaço do Teatro Aveirense e promover actividades culturais. No entanto a existência de candidaturas ao Instituto das Artes para o Ano de 2006 não permitiu a passagem de toda a actividade cultural para a TEMA, EM.

Salientamos, no entanto, que para o ano de 2007 foi solicitado no Instituto das Artes a Renovação do Apoio Sustentado no domínio da Área Transdisciplinar/Pluridisciplinar, através do Teatro Aveirense, Lda. Esta renovação reveste-se de uma importância vital para o Teatro Aveirense pois as verbas em questão financiam a programação a desenvolver ao longo do ano de 2007. Assim, a decisão de solicitar a renovação através do Teatro Aveirense, Lda teve por base a importância que estas verbas representam no orçamento anual da instituição e na prossecução dos objectivos a que o Teatro Aveirense se propõe como instituição de acolhimento de espectáculos, catalizador de diferentes áreas artísticas e mobilizadora de diferentes públicos.

Por outro lado, sabemos da existência de esforços por parte do Instituto das Artes no sentido de regulamentar o acesso por parte das Empresas Municipais a este tipo de financiamento. Assim, manifestamos a nossa intenção de adesão ao Apoio Tripartido ou Quadripartido como forma de protocolar o apoio à programação do Teatro Aveirense em concordância com a entidade Municipal de Aveiro, com a Delegação Regional do Centro e com o Instituto das Artes, logo que legalmente isso se revele possível.



4.2 Filosofia de Gestão

Conforme consta da sua missão², o Teatro Aveirense assume-se como uma estrutura de programação regular cuja filosofia de actuação o destaca como um espaço de acolhimento por excelência e, como um palco para o conhecimento, para o saber e para a actualidade da criação artística:

O Teatro Aveirense é um espaço municipal que promove, acolhe e difunde as actividades culturais de várias áreas artísticas, num espaço de influência que extravasa a cidade e se estende a toda a região de Aveiro. Assume-se como uma estrutura de programação regular cuja filosofia de actuação o destaca como uma entidade de acolhimento por excelência e como palco de conhecimento, para o saber e para a actualidade da criação artística. O Teatro Aveirense está ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento sustentado e, como tal, se lhe impõe o acolhimento dos públicos mais diferenciados e a eficaz transmissão dos conteúdos artísticos e criativos.

Nesse sentido, desde a sua reabertura, em Outubro de 2003, foi sendo privilegiada uma estratégia de desenvolvimento cultural capaz de integrar experiências distintas de acção nos vários domínios artísticos. Com esta proposta de programação e sua gestão integrada e alargada à participação das entidades públicas e privadas da região de Aveiro, o Teatro Aveirense pretende contribuir para a formação e a captação de novos públicos a par com a criação de hábitos e práticas culturais no contexto da comunidade que pretende servir, a da região centro. Entendemos ser fulcral cruzar a programação artística deste espaço com a cultura emergente e proveniente dos diversos públicos e também, integrar as expectativas inerentes ao tecido industrial da região, podendo o TA aliar o prestígio do seu espaço aos agentes económicos estabelecidos na envolvente a par com a valorização e a visibilidade pública da sua programação.

Na filosofia de gestão do TA importa investir na imagem corporativa da instituição junto de um mais vasto número de públicos. Pretendemos captar e incentivar um

² In «Dossier de Patrocínio», criado aquando da abertura do teatro, em Outubro de 2003. Disponível em http://www.teatroaveirense.pt/downloads/dossier_patrocínio.pdf.



público universitário que convive na cidade e que está em mutação constante e que corresponde a mais ou menos 12.000 estudantes.

Interessa ir ao encontro de grupos de interesse potenciadores de uma adesão a uma programação artística diversa, criativa e de produção contemporânea. Falamos neste caso de segmentos de público especializado tais como artistas, professores e grupos escolares.

Dentro destas premissas as opções programáticas estão condicionadas a uma gestão financeira integrada na oferta e na procura, promovendo em termos de estratégia de gestão alguns objectivos:

- Programação regular e com qualidade artística orientada para os vários domínios artísticos;
- Política de preços diferenciada o que implica um maior escalonar de preços de bilheteira;
- Capacidade de divulgação acrescida introduzindo formas de contacto e de difusão on line e em suportes digitais vários, tais como o canal UP de amplo espectro e alcance junto dos politécnicos e universidades;
- Imaginação para atrair as pessoas e criar-lhes a rotina de irem ver espectáculos, recorrendo a iniciativas de rua junto da vizinhança do Teatro e ou de meios estimulantes junto das empresas e locais de trabalho das populações;
- Analisar e estudar as comunidades de público e analisar os seus interesses;
- Conceber programações e estratégias adequadas aos diversos públicos alvo sendo estas apoiadas nos indicadores de observação de públicos em curso (inquéritos individuais e colectivos a decorrerem no TA).
- Estimular a criação cultural e a sua circulação estabelecendo parcerias com outros agentes de desenvolvimento económico e modelos de gestão integrada. Para tal é necessário:
 - Fomentar o turismo cultural e promover rotas e hábitos de visita a locais promotores de cultura;



TEMA – TEATRO MUNICIPAL DE AVEIRO, EM

- Praticar uma gestão integrada de meios potenciando recursos e criando sinergias integradas numa mesma região;
 - Promover a gestão integrada da oferta articulando de modo alternado e não sobreposto diferentes produtos culturais (para tal foi criada em comum uma agenda cultural do concelho de Aveiro em que se integram programas artísticos da Universidade de Aveiro, do Município de Aveiro e do Teatro Aveirense). Esta em curso transferir este trabalho para suporte digital, de modo a torná-lo acessível on line.
- Planificação em Rede tendo em conta que esta via facilita a mobilidade de companhias nacionais e internacionais e minimiza custos e encargos com a produção dos espectáculos:
- Encontros: Troca de experiências e de modelos de actuação e de gestão;
 - Produção – Diminuição de custos c/ Cachets e com Deslocações e com Divulgação;
 - Comunicação e Imagem (TV espaço rede);
 - Arquivo – Investigação e Estudo Sociológico de públicos;
 - Formação dos recursos internos da instituição e reciclagem de conhecimentos, o que se reflecte na excelência do acolhimento e no Know - how das equipas técnicas;
 - Criação Artística Contemporânea e sua inclusão em circuitos alternativos;
 - Levantamento de espaços – Site – Visita técnica virtual – Portal de acesso;
 - Rede de Bilheteiras – Base de dados e ticket line;
 - Política de Preços e de incentivos especiais;
- Sensibilização e fidelização de públicos, nomeadamente para a infância e juventude e respectiva consolidação, sendo vectores fundamentais na criação de “potenciais” espectadores esclarecidos, críticos e activos, e eles próprios geradores de públicos futuros.
- No que diz respeito à “criação”, a gestão de recursos financeiros prevê o seguinte:



TEMA – TEATRO MUNICIPAL DE AVEIRO, EM

- Adequar e disponibilizar as condições necessárias aos criadores emergentes ao nível do espaço físico e de meios técnicos;
 - Disponibilizar algum apoio financeiro capaz de incentivar o aparecimento de jovens criadores.
 - Institucionalizar em formato anual ou bienal o projecto “Jovens Coreógrafos”, os quais contam com uma bolsa residual para procederem ao investimento na pesquisa de novas formas de dança e de interacção com os públicos.
- Integrar no serviço de bilheteira o backoffice com gestão integrada;
 - Gestão administrativa com apoio de módulo informático contabilístico;
 - Incentivo ao mecenato dirigido a empresários da região assente num processo de sensibilização, adesão e aplicação de mecanismos de sedução pelo e do espectáculo junto do tecido industrial e associativo;
 - Apoios estatais obtidos através de candidaturas.

Para melhor levar a cabo o estabelecido nas premissas da filosofia de gestão é nossa intenção criar o cargo/função de Directora Adjunta, sem acréscimo de custos, que será desempenhado pela actual Assessora para a Área da Dança. A função de Assessora para Área da Dança deixará de existir uma vez que está a ser criado o Conselho Consultivo. Por outro lado, a Directora Geral assumirá a coordenação relacionada com as exposições, performances e instalações na área das artes visuais.

4.3 Articulação com a Câmara Municipal de Aveiro

Uma vez que a TEMA, EM é uma empresa municipal entende-se que deve haver uma ligação muito estreita entre esta instituição e a Câmara Municipal de Aveiro, no que diz respeito à rentabilização de recursos e à utilização dos espaços. A articulação entre estas duas entidades encontra-se consubstanciada no contrato programa e processa-se da seguinte forma:

- A CMA cede a título gratuito e em condições de utilização imediata pela TEMA, as instalações do Teatro Aveirense para a prossecução e execução das suas actividades.



- A cedência do Teatro Aveirense inclui todo o equipamento ali existente, o qual consta de inventário elaborado pela Câmara Municipal de Aveiro.
- A TEMA suporta todos os encargos relativos ao normal funcionamento do Teatro Aveirense, nomeadamente com água, electricidade, gás, comunicações, protecção contra incêndios, limpeza, segurança, seguros diversos, os vencimentos da equipa e a manutenção do edifício
- A TEMA compromete-se a velar pela conservação do imóvel, obrigando-se a reparações resultantes de danos causados no mesmo e de sua responsabilidade, assim como pela manutenção e reparação do equipamento constante do inventário referido na presente cláusula.
- A TEMA não pode realizar obras que ultrapassem a natureza e dimensão das mencionadas no número anterior, sem prévia autorização escrita da CMA.
- A TEMA suporta os encargos relativos a obras de manutenção do edifício, decorrentes do desgaste provocado pelo seu uso normal, nomeadamente: pintura das fachadas e interior, portas e janelas e envernizamento de madeiras.
- A CMA constitui-se automaticamente proprietária de todas e quaisquer benfeitorias, assim como dos materiais e equipamentos que sejam adquiridos ao abrigo do número anterior, devendo proceder ao seu inventário, comprometendo-se a TEMA a velar pela sua manutenção e reparação.
- A CMA reserva-se o direito de utilizar o Teatro Aveirense para apresentação de programas culturais de qualidade e nível profissional, em datas a combinar com a TEMA e dependentes da programação anteriormente estabelecida por este, cuja calendarização será acordada com uma antecedência mínima de um mês. Decorrido este prazo a TEMA não se poderá responsabilizar pela disponibilidade dos espaços e da equipa do Teatro Aveirense.
- A TEMA e a CMA poderão ceder, a título excepcional, o espaço do Teatro Aveirense a outras entidades, dentro dos períodos de utilização a que tenham direito, para a realização de iniciativas culturais, de acordo com o disposto no número anterior, obrigando-se mutuamente a dar prévio conhecimento.
- As receitas resultantes da referida cedência reverterão para a TEMA ou para a CMA, consoante seja aquela ou esta a proceder à cedência.



- As iniciativas não integradas na programação da TEMA serão da responsabilidade das entidades promotoras, em coordenação com a Direcção do Teatro Aveirense.
- A concessão do Bar do Teatro Aveirense é da competência e exclusiva responsabilidade da TEMA, ficando as receitas daí resultantes a favor desta.
- A CMA dispõe permanentemente de 22 lugares nas actividades promovidas na Sala Grande do TA, podendo a TEMA dispor desses bilhetes, caso não sejam reclamados até 72 horas de antecedência.
- A TEMA poderá solicitar o apoio dos serviços do município em todas as situações que requeiram apoio técnico específico ou de grande dimensão, nomeadamente no que respeita a transportes, carregadores, serviço de oficinas, suportes de divulgação na cidade, etc.

5. Investimentos Diversos

O Teatro Aveirense reabriu a 23 de Outubro de 2003 e desde então temos aprendido com a nossa experiência, o que nos leva a optar por investir em equipamentos que nos permitam reduzir custos e realizar uma gestão integrada dos recursos existentes. Por outro lado, os equipamentos instalados aquando da abertura e o próprio edifício necessitam de intervenções para prevenir avarias ou danos futuros.

Os investimentos a seguir enumerados resultam de um levantamento de necessidades efectuado. Importa referir que os equipamentos a adquirir não tem, no presente momento, financiamento assegurado. Achámos, no entanto, fundamental contemplá-los no Plano Plurianual de Investimentos – Orçamento para 2007³ tendo utilizado como critério de imputação aos diferentes anos a perspectiva da prioridade. Todos os equipamentos são essenciais mas dada a situação financeira não é possível realizar todos os investimentos ao longo do ano de 2007.

³ Ver ponto 6.4.1 – Plano Plurianual de Investimentos



5.1 Área Administrativa

Nº Acção/Projecto	Quant	Descrição	Unitário	Total Parcial
1	12	Licenciamento Open Governo - Office 2003 Professional PT	380,00 €	4 560,00 €
2	12	Upgrade de memória DIMM Kingston 256 Mb	60,00 €	720,00 €
Total				5 280,00 €

- Acção nº 1 – Licenças para Office 2003

É necessário dotar os 12 computadores existentes no Teatro Aveirense de Licenças de utilização do Office.

- Acção nº 2 – Upgrade Memória

O parque informático existente foi adquirido em 2003 aquando da reabertura do Teatro Aveirense. Após 3 anos de funcionamento, a capacidade das máquinas existentes revela-se insuficiente para fazer face às necessidades de trabalho diários. Neste momento as máquinas revelam-se demasiado lentas e com dificuldades no arranque. Por outro lado, os equipamentos existentes não permitem uma utilização rentável e integrada do servidor instalado no Teatro Aveirense.

5.2 Área Bilheteira

Nº Acção/Projecto	Quant	Descrição	Unitário	Total Parcial
1	1	Nova Página Web	1 250,00 €	1 250,00 €
2	1	Sistema TicketNet	3 150,00 €	3 150,00 €
Total				4 400,00 €



- Acção nº 1 – Desenvolvimento de site/Portal

O Teatro Aveirense já tem um site no entanto, existem aspectos que consideramos fulcrais que não estão a ser tidos em conta. Assim, e porque existe uma diferença entre um site institucional e um portal, consideramos que o projecto do Teatro Aveirense se enquadra na segunda categoria e como tal deve ser entendido e gerido de acordo com este pressuposto.

Este portal deve ser entendido não só como um ponto de informação e montra das actividades/serviços a oferecer, mas sobretudo como uma poderosa ferramenta de comunicação, marketing e promoção do Teatro Aveirense. Pretende-se pois, que o portal consolide valor em todas as informações da empresa, de forma aprestar melhor serviço aos seus visitantes.

- Acção nº 2 - Fornecimento de Sistema de Bilheteira

A aplicação YCTicket, apresenta um novo conceito na gestão de bilheteiras, tendo sido desenvolvida com o objectivo de facilitar ao operador de caixa as tarefas de venda e reserva de bilhetes, simplificar a gestão de pagamentos, realizar a venda e emissão de bilhetes em curtos espaços de tempo e obter o melhor proveito da informação recolhida (estatísticas). Esta solução, dada a sua enorme flexibilidade, permite aos utilizadores ter acesso a variadíssimas variáveis, desde controlo de salas, eventos, venda de bilhetes avulso, venda de bilhetes em grupo, cartões vip, reservas de bilhetes, etc. Pretende-se uma optimização dos recursos humanos existentes e uma melhor utilização da informação recolhida.

A integração com o YCTicket Web permite a disponibilização de bilhetes online para a sua consulta e aquisição. Esta é a vertente mais importante desta aplicação pois permite uma disponibilização mais abrangente de recursos. Pretende-se que os espectadores tenham um acesso mais facilitado à consulta e aquisição de ingressos para os espectáculos promovidos pelo Teatro Aveirense.



5.3 Área Palco/Cena

A fim de colmatar algumas necessidades existentes na área do Palco/Cena, a TEMA, EM apresentou uma intenção de candidatura ao Programa Operacional da Cultura a fim de reforçar o parque de equipamentos. Desta acção resultou uma visita a 9 de Outubro da Comissão Técnica de Acompanhamento dos Projectos Sustentados às instalações do Teatro Aveirense da qual resultou um parecer ao qual iremos recorrer mais adiante.

Nº Acção/Projecto	Descrição	Unitário	Total Parcial
1	Áudio - Visuais	42 505,00 €	42 505,00 €
2	Iluminação Cénica	164 240,00 €	164 240,00 €
3	Sonorização Cénica	132 604,00 €	132 604,00 €
4	Mecânica de Cena	27 760,00 €	27 760,00 €
Total			367 109,00 €

- Acção nº 1 – Áudio Visuais

A necessidade deste tipo de equipamentos surge pela importância que tem a registo de todas as actividades que acontecem no espaço do Teatro. Por outro lado, cada vez mais o Teatro Aveirense acolhe espectáculos que recorrem a novas tecnologias o que exige este tipo de material para dar resposta aos requisitos das criações apresentadas. O Teatro Aveirense não só pelas criações que apresenta, como pela actividade da Academia das Artes Digitais assume-se como uma instituição voltada para as novas tecnologias e pretende fazer uma aposta clara nestas áreas. Face ao exposto, é urgente dotar este espaço dos equipamentos para levar a cabo este objectivo.

- Acção nº 2 – Iluminação Cénica

O parque de equipamentos de luz é de tal ordem reduzido que existem somente seis PC de 2kw e dez PC de 1kw para um palco de 250m² de área, ou seja não existem condições para um geral branco. O recurso aos equipamentos de menor potência tem possibilitado a apresentação da maioria dos espectáculos sempre com o risco de fazer uma apresentação de menor qualidade. Quer o recurso aos alugueres quer os pedidos



uma apresentação de menor qualidade. Quer o recurso aos alugueres quer os pedidos de material por empréstimo tem facilitado as adaptações dos desenhos de luz dos vários eventos que temos recebido no decorrer destes três anos, mas é sem sombra de dúvida com perda de qualidade dos mesmos.

- Acção nº 3 – Sonorização Cénica

As carências a este nível são também evidentes e foram alvo de nota no parecer da Comissão Técnica de Acompanhamento dos Projectos Sustentados:

"No decorrer da visita de trabalho detectaram-se, igualmente, carências significativas ao nível dos equipamentos de som, que obrigam a que o aluguer de equipamentos seja recorrente, devido à falta de requisitos técnicos que possibilitem a realização, por exemplo, de concertos. Este procedimento sistemático tem provocado o aumento dos custos associados à apresentação deste tipo de espectáculos musicais e diminuído a capacidade de rentabilização financeira dos mesmos."

- Acção nº 4 – Mecânica de Cena

O Palco é por excelência o local mais importante do Teatro Aveirense. Para que os espectáculos aconteçam existem elementos fundamentais que são necessários em Palco tais como o Linóleo (material colocado no chão do palco) e Flanelas Pretas (colocado lateralmente). Assim, justifica-se a necessidade de adquirir este tipo de material.

5.4 Área Manutenção

Nº Acção/Projecto	Descrição	Unitário	Total Parcial
1	Tapetes p/ bilheteira e entrada do bar	900,00 €	900,00 €
2	Instalação de Sistema Controlo iluminação c/ detecção de presença	400,00 €	400,00 €
3	Sistema de portas de vidro – controlo de acesso	4 000,00 €	4 000,00 €



4	Sistema de vigilância CCTV	12 000,00 €	12 000,00 €
5	Alteração dos sistema de bombagem de águas sujas	1 500,00 €	1 500,00 €
6	Equip renovação/aquecimento de ar e extracção de fumos	3 000,00 €	3 000,00 €
7	Quadro Electrico para o Palco	52 950,00 €	52 950,00 €
8	Central telefónica (interface GSM)	1 500,00 €	1 500,00 €
9	6 portas c/ sistema Stand Alone	3 585,00 €	3 585,00 €
10	Sinalética geral	15 000,00 €	15 000,00 €
Total			94 835,00 €

- Acção nº 1 – Tapetes para bilheteira e entrada do bar

A aquisição dos tapetes para bilheteira e entrada do bar é fundamental para assegurar a conservação dos pisos em questão e a limpeza dos espaços.

- Acção nº 2 – Instalação de sistema de Controlo Iluminação c/ detecção de presença

A fim de rentabilizar recursos, nomeadamente a energia eléctrica, é necessário instalar nas casas de banho junto ao Bar do Teatro e na Micro Galeria um sistema de iluminação com detecção de presença. Os espaços mencionados (Bar do Teatro e Micro Galeria) estão abertos ao público durante o horário de funcionamento do bar pelo que manter a iluminação permanentemente ligada constitui um custo elevado que pode ser minimizado com a instalação deste sistema sem prejuízo de todos aqueles que nos visitam.

- Acção nº 3 – Sistema de portas de vidro – Controlo de acesso

A porta de acesso ao Bar do Teatro permite também o acesso ao Foyer. Em dias de espectáculo, há sempre um assistente de sala que fica junto a essa entrada para controlar o acesso do público aos diferentes espaços. No entanto, nos dias em que não há espectáculo não há forma de controlar o acesso ao Bar e ao Foyer e por conseguinte, a outros espaços. Surge assim a necessidade de colocar portas em vidro no corredor do Piso 0 e Foyer, que se possam manter fechadas quando não há espectáculo bloqueando o acesso a estranhos.



- Acção nº 4 - Sistema de vigilância CCTV

No referido Parecer da Comissão Técnica de Acompanhamento dos Projectos Sustentados é referido: *"no que diz respeito ao acompanhamento do público e, fundamentalmente, de segurança das instalações, constatou-se que o sistema interno existente não é o adequado para um espaço da dimensão do Teatro Aveirense, situação que tem tornado problemático o trabalho dos profissionais da área da segurança."* Pretende-se a separação do actual sistema de vídeo-vigilância partilhado pela segurança e direcção de cena que permita de modo a permitir que a segurança possa visualizar (e gravar) todas as câmaras instaladas sem que cause transtorno à Direcção de Cena.

- Acção nº 5 - Alteração dos sistema de bombagem de águas sujas

O actual sistema de bombagem de águas sujas apresenta algumas debilidades sendo nossa preocupação a sua substituição por um menos falível. Os locais onde se depositam as águas sujas encontra-se abaixo do nível da rede de esgotos municipal pelo que há necessidade de ter um sistema de bombagem eficaz que assegure o seu correcto escoamento evitando danos no sub palco e Piso -1.

- Acção nº 6 – Equipamento de renovação/aquecimento de ar e extracção de fumos

Como complemento do sistema de ar condicionado existente, é fulcral instalar equipamento de renovação/aquecimento de ar e extracção de fumos. Esta necessidade surge em primeiro lugar para que se possa oferecer as melhores condições de climatização a quem visita os espaços do Teatro seja nas áreas destinadas ao público seja nas áreas destinadas aos artistas (camarins). Por outro lado, a acumulação de fumos nas áreas reservadas ao público é um problema já detectado e que é passível de ser resolvido com este novo equipamento.

- Acção nº 7 - Quadro Eléctrico para o Palco

Conforme já foi referido o Palco é um dos locais mais importantes desta casa. Assim, justifica-se a existência de um quadro eléctrico próprio independente dos demais



serviços. Para que isto aconteça é necessário fazer um estudo e apresentar uma solução adequada ao caso do Teatro Aveirense.

- Acção nº 8 - Central telefónica (interface GSM)

A fim de obter uma maior poupança ao nível dos custos com as chamadas telefónicas, pretende-se instalar um interface GSM na central telefónica. Esta medida justifica-se pelo facto de 70% dos custos com chamadas estarem ligadas à utilização de telemóveis. Pretendemos com este novo equipamento reduzir substancialmente esse custo.

- Acção nº 9 – 6 portas c/ sistema Stand Alone

A configuração arquitectónica do Teatro Aveirense não permite o encaminhamento mais adequado de quem nos visita. Assim, deparamo-nos com dificuldades para gerir o fluxo de espectadores nos dias de espectáculo, tendo recorrido ao auxílio de assistentes de sala para colmatar esta falha. Com as portas Stand Alone poderemos controlar o acesso dos espectadores ao locais destinados ao espectáculo a que pretendem assistir. Esta necessidade é premente nas áreas do Foyer, Bar e Salão Nobre.

- Acção nº 10 - Sinalética geral

O Teatro Aveirense não possui qualquer tipo de sinalética o que dificulta a movimentação de todos aqueles que nos visitam: espectadores, artistas, colaboradores ou visitantes. Para além das informações de carácter geral é premente colocar indicações ligadas à segurança como indicação de extintores ou plantas de emergência.



5.5 Área Produção/Divulgação

Nº Acção/Projecto	Quant	Descrição	Unitário	Total Parcial
1	1	Impressora HP Laserjet 3000dtn	1 800,00 €	1 800,00 €
2	1	Computador INOVA Dual Core – Media Center	1 000,00 €	1 000,00 €
Total				2 800,00 €

- Acções nº 1 – Impressora HP Laserjet 3000dtn

Na área da Divulgação é frequente produzirem-se materiais que são impressos aqui no Teatro Aveirense. Assim, é fundamental ter uma impressora a cores que possa fazer esses trabalhos de impressão com a qualidade necessária.

- Acção nº 2 – Computador INOVA Dual Core – Media Center

A criação de elementos para suportes de comunicação necessita de software específico tal como o tratamento de imagem a utilizar na divulgação. Por outro lado, este equipamento permite a visualização de propostas que nos chegam.

6. Orçamento

6.1 Instrumentos de Gestão Previsional

Conforme previsto nos estatutos da empresa e no art.º 30.º da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, elaborámos os seguintes instrumentos de gestão previsional:

1. Plano Anual de actividades, de investimento e financeiros;
2. Orçamento anual de investimentos;
3. Orçamento anual de exploração, desdobrado em orçamento de proveitos e de custos.
4. Orçamento anual de tesouraria;
5. Balanço previsional.



A informação exigida nos pontos 1 e 2 encontra-se detalhada nos capítulos anteriores do presente documento e representa a visão estratégica que será seguida pela empresa.

6.2 Orçamento anual de exploração, desdobrado em orçamento de proveitos e de custos.

O princípio geral seguido para a elaboração do orçamento assenta nos dados reais da empresa à data de 30 de Setembro de 2006, extrapolados para 12 meses de actividade, acrescidos de uma percentagem de 3% para eliminação do impacto da taxa de inflação. Pontualmente foi abandonado o critério anterior e previsionado a rubrica do orçamento com base nos pressupostos já conhecidos para o exercício de 2007.

Em termos globais, a justificação para as rubricas mais significativas do orçamento assenta nos seguintes termos:

- ✓ **Fornecimentos e serviços externos:** A maioria das rubricas desta natureza foram previsionadas através do princípio geral anteriormente referido, sendo excepção:
 - **Conservação e reparação**
 - **Deslocações e estadas**
 - **Trabalhos especializados**

- ✓ **Custos com pessoal:** Prevê-se a extinção, face ao exercício de 2006, de dois postos de trabalho e passagem do TA para a TEMA da secretária de direcção actualmente nos quadros do Teatro. Durante o ano de 2007 é igualmente espectável a realização de um estágio profissional apoiado pelo I.E.F.P.
 - **Formação** – Está previsto pela direcção da TEMA a realização de acções de formação eventual e permanente aos seus colaboradores. Para este primeiro ano, essa formação é orçada em 1% do valor das remunerações ilíquidas, o que perfaz 2.208,00 €



- ✓ **Outros custos operacionais:** Esta rubrica contempla o pagamento da quota à IRIS (Associação Sul Europeia para a Criação Contemporânea). Esta associação de cariz europeia tem como intuito a integração e a criação de sinergias entre os operadores culturais.
- ✓ **Concessão do Bar:** É esperado a realização de uma receita na ordem dos 7 200,00 € obtida com a concessão do bar do Teatro a entidades privadas.
- ✓ **Subsidio à exploração:** Esta será a principal fonte de receita estimada para o exercício de 2007 juntamente com a comparticipação do IEFP no estágio profissional.
 - **Contrato programa com a CM de Aveiro** – Este Contrato-Programa já abordado no ponto 4.3 prevê a transferência de uma verba de 40.000 € por mês da CM de Aveiro para os cofres da TEMA de forma a financiar os custos de estrutura desta.
 - **Comparticipação do IEFP:** Resume-se à comparticipação em um Salário Mínimo Nacional mensal por um período de 9 meses do estágio profissional de um colaborador.

6.3 Orçamento anual de tesouraria; Conforme decorre da leitura do documento apresentado em anexo, caso se realizem todos os pressupostos anteriores, as disponibilidades financeiras da empresa sofrerão uma melhoria de 49,74 euros face ao valor estimado para 31.12.2006.

6.4 Mapas

Anexam-se a este trabalho os seguintes mapas.

- Plano Plurianual de Investimentos – Orçamento para 2007
- Orçamento Anual de Exploração, desdobrado em orçamento de proveitos e custos
- Balanço previsional
- Demonstração de Resultados Previsional
- Orçamento Anual de Tesouraria

6.4.1 - Plano Plurianual de Investimentos

TEMA - Teatro Municipal, EM

Plano Plurianual de Investimentos - Orçamento para 2007

Classif. Contábilística	Área	Número projeto/Ação	Designação do programa e projeto/ação	Calendarização de aquisição		despesas de investimento (previsão)									
				datas		Ano em curso		2008		2009		2010		Total previsto	
				Início	fin	Valor total	fin. Definido	fin. Não assegurado	2008	2009	2010	outros			
423	Administrativa	1	12 licenças Office 2003 profissional		31.12.2007	4.560		X							4.560
423		2	upgrade de memória dos PCs		31.12.2007	720		X							720
		SubTotais				5.280									5.280
433	Bilheteira	1	Nova paghna WEB		31.12.2007	1.250		X							1.250
433		2	Sistema Ticketnet		31.12.2007	3.150		X							3.150
		SubTotais				4.400									4.400
423	Fotofonea	1	Audio-Visuais		31.12.2007	42.505		X							42.505
423		2	Iluminação Cénica		31.12.2008			X			164.240				164.240
423		3	Sonorização Cénica		31.12.2008			X			132.604				132.604
423		4	Mecânica de Cena		31.12.2008			X			27.760				27.760
		SubTotais				42.505					324.604				367.109
429	Manutenção	1	Tapetes p/ bilheteira e entrada do Bar		31.12.2007	900		X							900
422		2	Instalação de sistema contro iluminação c/deteção de presença		31.12.2007	400		X							400
422		3	sistema de portas em vidro - controlo de acesso		31.12.2007	4.000		X							4.000
429		4	Sistema de vigilância CCTV		31.12.2007	12.000		X							12.000
422		5	Alteração Sistema bombagem de águas sujas		31.12.2008			X			1.500				1.500
422		6	Equip renovador/aquecimento de ar e extração de fumos		31.12.2008			X			3.000				3.000
422		7	Quadro eléctrico para o palco		31.12.2008			X			52.950				52.950
429		8	Central telefonica (interface GSM		31.12.2008			X				1.500			1.500
422		9	6 portas c/sistema Stand alone		31.12.2009			X				3.595			3.595
422		10	Sinalética geral		31.12.2009			X				15.000			15.000
		SubTotais				17.300					57.450				94.635
423	Produtividade	1	Impressora HP Laserjet 3000dn		31.12.2007	1.800		X							1.800
423		2	1 computador INOVA Dual Core - Media Center		31.12.2007	1.000		X							1.000
		SubTotais				2.800									2.800
		Totais				72.285					382.064		20.085		474.424

6.4.2 - Orçamento anual de exploração desdobrado em orçamento de proveitos e custos

ORÇAMENTO

Conta	Descricao	Valor
	CUSTOS E PERDAS	
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	113.257,61 €
622	SERVICOS EXTERNOS	113.257,61 €
62211	ELECTRICIDADE	15.053,50 €
62212	COMBUSTIVEIS	250,81 €
62215	FERRAMENTAS UTENSILIOS DESG. RAPIDO	1.793,10 €
62217	MATERIAL DE ESCRITORIO	2.804,50 €
62219	RENDAS E ALUGUERES	0,00 €
62221	DESPEAS DE REPRESENTACAO	521,90 €
62222	COMUNICACAO	11.220,00 €
62223	SEGUROS	7.540,70 €
62227	DESLOCACOES E ESTADAS	3.550,00 €
62231	CONTENCIOSO E NOTARIADO	
62232	CONSERVACAO E REPARACAO	32.641,50 €
62233	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	23.894,00 €
2234	LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	2.361,40 €
62236	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	7.126,20 €
62298	OUTROS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	4.500,00 €
63	IMPOSTOS	1.002,00 €
6313	Imposto do Selo	1.002,00 €
64	CUSTOS COM O PESSOAL	350.429,49 €
641	REMUNERACOES DOS ORGAOS SOCIAIS	35.211,68 €
642	REMUNERACOES DO PESSOAL	250.177,49 €
6421	Produção	237.771,44 €
6423	Estagiários	10.198,05 €
6428	Formação	2.208,00 €
645	ENCARGOS SOBRE REMUNERACOES	56.470,72 €
646	SEG. ACID. NO TRAB. E DOENC. PROF.	8.569,60 €
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	1.000,00 €
652	Quotizações	1.000,00 €
66	Amortizações do Exercício	16.082,00 €
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	- €
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIOS	- €
86	Imposto sobre o rendimento	2.769,72 €
88	Resultado Liquido do exercicio	7.301,98 €
	TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	491.842,80 €

Conta	Descricao	Valor
	PROVEITOS E GANHOS	
73	Proveitos Suplementares	7.200,00 €
731	Aluguer do BAR	7.200,00 €
74	Subsidios à Exploração	484.642,80 €
741	Do Estado e Outros Entes Públicos	484.642,80 €
74101	Contrato Programa Câmara Municipal de Aveiro	480.000,00 €
74102	Comparticipação do IEFPP (estagiários)	4.642,80 €
	TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	491.842,80 €

BALANÇO PREVISIONAL PARA 2007

	2007		2006 - Previsional	
	ACTIVO ORITO	AMORT. PROVIS.	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO
ACTIVO				
IMOBILIZADO:				
Imobilizações Incorpóreas:				
Desp de Instalação e Desp Investig e Desenvolvimento	10.198,55	1.568,04	8.630,51	688,19
	10.198,55	1.568,04	8.630,51	688,19
Imobilizações Corpóreas:				
422 Edifícios e outras construções	4.400,00	366,00	4.034,00	
423 Equipamento Básico	79.002,77	3.573,55	75.429,22	32.696,98
426 Equipamento Administrativo	39.182,14	21.212,54	17.969,60	28.289,00
429 Outras Imobilizações Corpóreas	12.988,76	1.096,36	11.892,40	78,56
	135.573,67	26.248,45	109.325,22	61.064,54
CIRCULANTE:				
Dívidas de Terceiros Médio-Longo Prazo				
211 Clientes c/c	83.689,94		83.689,94	139.832,44
268 Outros Devedores e Credores MLP	3.541,31		3.541,31	3.541,31
	87.231,25	0,00	87.231,25	143.373,75
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				
24 Estado e Outros Entes Públicos	43.071,48		43.071,48	8.860,63
	43.071,48	0,00	43.071,48	8.860,63
Depósitos Bancários e Caixa:				
11+12+13+14 Depósitos Bancários	159,21		159,21	109,47
	159,21	0,00	159,21	109,47
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271 Acréscimos e Proveitos	688,62		688,62	688,62
272 Custos Diferidos	688,62		688,62	688,62
	688,62		688,62	688,62
Total de Amortizações		27.816,49		
Total de Provisões		0,00		
Total do Activo	276.922,78	27.816,49	249.106,29	214.785,20
EXERCICIOS				
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
51 Capital			50.000,00	50.000,00
571 Reservas Legais			2.000,00	
59 Resultados Transitados			16.008,46	-261,68
			68.008,46	49.738,32
Subtotal			7.301,98	18.270,14
88 Resultado Líquido do Exercício				
			75.310,44	68.008,46
Total do Capital Próprio.....			75.310,44	68.008,46
Dívidas a Terceiros - Médio Longo Prazo:				
262+263+264+265+267+268+211 Outros Credores			37.467,47	37.467,47
			37.467,47	37.467,47
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:				
221 Fomecedores C/C			19.077,38	39.670,34
24 Estado e Outros Entes Públicos			16.887,96	20.598,24
261 Fomecedores de Imobilizado C/C			51.322,35	
262+263+264+265+267+268+211 Outros Credores				
			87.287,69	60.268,58
Acréscimos e Diferimentos:				
273 Acréscimos de Custos			47.257,82	47.257,82
274 Proveitos Diferidos			1.782,87	1.782,87
			49.040,69	49.040,69
Total do Passivo.....			173.795,85	146.776,74
Total do Capital Próprio e do Passivo.....			249.106,29	214.785,20

6.4.4 - Demonstração de Resultados Previsionais

Demonstração de Resultados por Naturezas			
<u>CUSTOS E PERDAS</u>	2007	2006 - Previsional	
61 Custo Merc. Vend. e Mat. Consumidas Mercadorias Mat.Primas e Mater.Consumidos			
62 Fornecimentos e Serviços Externos	113.257,61		106.518,00
64 Custos com o Pessoal: Remunerações (641+642) Encargos Sociais: Pensões (643+644) Outros (645/8)	285.389,17 65.040,32	299.948,81 350.429,49	66.263,90 366.212,71
66 Amortizações e ajustamentos	16.082,00		11.409,30
67 Provisões		16.082,00	11.409,30
63 Impostos	1.002,00		971,97
65 Outros Custos Operacionais (A)	1.000,00	2.002,00	1.000,00
68 Custos e Perdas Financeiras Juros e Custos Similares: Relativos a Empresas do grupo Outros (C).....		481.771,10	486.111,98
		0,00	2.022,21
		481.771,10	488.134,19
69 Custos e Perdas Extraordinarios (E).....			0,14
		481.771,10	488.134,33
86 Imposto s/Rendimento do Exercício (G).....		2.769,72	6.480,00
		484.540,82	494.614,33
88 Resultado Líquido do Exercício		7.301,98	18.270,14
		491.842,80	512.884,47
<u>PROVEITOS E GANHOS</u>			
71 Vendas: Mercadorias Produtos			
72 Prestações de Serviços			27.400,00
75 Trabalhos própria empresa			27.400,00
73 Proveitos Suplementares	7.200,00		
74 Subsídios a Exploração	484.642,80		485.468,70
76 Outros Proveitos Operacionais (B).....		491.842,80	485.468,70
		491.842,80	512.868,70
782 Ganhos em empresas do grupo e associadas			
784 Rendimentos de Participações de Capital Rend.Títulos Negoc.Outras Apl.Financeiras: Relativos a Empresas Interligadas Outros(7812+7815+7816+782+783) Outros Juros e Proveitos Similares: Relativos a Empresas do grupo Outros(7811+7813+7814+7818+785/788) (D).....		0,00	1,52
		491.842,80	512.870,22
79 Proveitos e Ganhos Extraordinarios (F).....		0,00	14,25
		491.842,80	512.884,47
<u>RESUMO</u>			
Resultados Operacionais: (B)-(A)=		10.071,70	26.756,72
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)=			-2.020,69
Resultados Correntes: (D)-(C)=		10.071,70	24.736,03
Resultado antes Impostos: (F)-(E)=		10.071,70	24.750,14
Resultado Líquido do Exercício: (F)-(G)=		7.301,98	18.270,14

6.4.5 - Orçamento Anual de Tesouraria

Descrição	2007
Actividades Operacionais	
Recebimento de clientes	64.854,50 €
Subsidios à Exploração	484.642,80 €
Pagamento a fornecedores	- 154.393,57 €
Pagamento ao pessoal	- 350.429,49 €
Fluxos gerados pelas operações	44.674,24 €
Pagamentos/recebimentos de impostos s/ rendimento	- 6.480,00 €
Outros pagamentos e recebimentos c/ rubricas actividade	- 2.002,00 €
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	36.192,24 €
Recebimentos relacionados c/ rubricas Extraordinárias	
Pagamentos relacionados c/ rubricas Extraordinárias	
Fluxos das actividades operacionais [1]	36.192,24 €
Actividades de Investimento	
Recebimento provenientes de:	
Investimentos financeiros	
Imobilizações corpóreas	
Imobilizações incorpóreas	
Subsídios de investimento	
Juros e proveitos similares	
Dividendos	
Pagamentos respeitantes a:	
Investimentos financeiros	
Imobilizações corpóreas	- 36.142,50 €
Imobilizações incorpóreas	
Fluxos das actividades de investimento [2]	- 36.142,50 €
Actividades de Financiamento	
Recebimento provenientes de:	
Empréstimos obtidos	
Aumentos de capital, prest. Suplementares	
Subsidios e doações	
Venda de acções	
Cobertura de prejuizos	
Pagamentos respeitantes a:	
Empréstimos obtidos	
Amortizações de contratos de locação financeira	
Juros e custos similares	
Dividendos	
Redução de capital e prestações suplementares	
Aquisição de acções	
Fluxos das actividades Financeiras [3]	
Variação de Caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	49,74 €
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	109,47 €
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	159,21 €

PARECER DO FISCAL ÚNICO
SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 14.º, alínea g) da Lei 58/98, de 18 de Agosto e do artigo 13.º dos estatutos, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2007, da **TEMA – TEATRO MUNICIPAL DE AVEIRO, E.M.**, consistindo: nos Planos plurianuais e anuais de actividades, investimento e financeiros, Orçamento anual de investimentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma **segurança moderada** quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a apresentação da informação previsional;
 - b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma **segurança moderada** sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

Cravo, Fortes, Antão & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

Reservas

6. Do nosso exame anotamos que:
 - a) Não se encontram previstas nos Instrumentos de Gestão Previsional apresentados quaisquer contrapartidas pelos serviços prestados pela TEMA na organização, produção, divulgação e acompanhamento dos espectáculos promovidos pelo Teatro Aveirense, Lda.;
 - b) O documento apresentado baseia-se no pressuposto de que o imposto sobre o valor acrescentado é integralmente dedutível pela empresa o que, face à natureza dos proveitos a obter não acontece. Consequentemente, quer os resultados quer os activos previstos encontram-se sobreavaliados por força do referido pressuposto.

Parecer

7. Excepto quanto aos efeitos das situações descritas no parágrafo sexto acima, com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela empresa.
8. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Aveiro, 31 de Outubro de 2006

Cravo, Fortes, Antão & Associado, S.R.O.C.

Representada por

Domingos José da Silva Cravo (ROC n.º 638)